



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LÍLIA CAMPOS DOS SANTOS

**PROTÓTIPO DE MÓDULO INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO
DO(A) ESTUDANTE ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
ADAPTADO AO SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(SUAP)**

Salvador

Set/2019

LÍLIA CAMPOS DOS SANTOS

**PROTÓTIPO DE MÓDULO INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DO(A)
ESTUDANTE ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ADAPTADO AO
SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SUAP)**

Produto Educacional componente da dissertação Análise da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Um estudo comparativo entre o Instituto Federal da Bahia, *Campus* Salvador e do Amapá, *Campus* Macapá, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, *Campus* Salvador, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa

Salvador

Set/2019

RESUMO

Este produto educacional é fruto da Dissertação de Mestrado “Análise da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Um estudo comparativo entre o Instituto Federal da Bahia, *Campus* Salvador e do Amapá, *Campus* Macapá”. Este trabalho descreve o produto educacional desenvolvido: um protótipo de um módulo integrado de acompanhamento do(a) estudante através da assistência estudantil adaptável ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). A finalidade deste é contribuir como uma ferramenta de gestão para o acompanhamento sistematizado do(a) estudante. Este produto é um módulo, online, capaz de acompanhar a trajetória do(a) estudante no seu acesso, permanência e saída com êxito da Instituição, pretende-se através dele ser capaz de verificar o impacto da assistência estudantil na permanência do(a) estudante. Através do estudo, observou-se que as realidades estudadas não possuem um mecanismo sistemático de acompanhamento do(a) estudante.

Palavras Chaves: Educação Profissional, Assistência Estudantil, Acesso, Permanência e Êxito.

ABSTRACT

This educational product is the result of the author's Master Thesis. This paper describes the educational product developed as a prototype of an integrated student follow-up module through student assistance adaptable to the Unified Public Administration System. The purpose of this is to contribute as a management tool for the systematic monitoring of the student. This product is an online module, able to follow the student's trajectory in the successful access, permanence and exit of the institution, thus being able to verify the impact of student assistance on the student's permanence. Through the study, it was observed that the studied realities do not have a systematic mechanism of student follow-up.

Keywords: Professional Education, Student Assistance, Access, Permanence, Success.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: ..Interface inicial do SUAP.....	26
Figura 2: Interface de Perfil do(a) Estudante no SUAP.....	27
Figura 3: Interface da Caracterização Social.....	28
Figura 4: Interface Editais de Assistência Estudantil.....	29
Figura 5: Interface Agenda de Atendimento.....	30
Figura 6: Interface Escuta Assistência.....	30
Figura 7: Interface Escuta Assistência- Tela 2	31
Figura 6: Interface Escuta Assistência.....	31
Figura 8: Interface Calendário de Eventos.....	31
Figura 9: Interface Calendário de Eventos- Tela 2.....	32
Figura 10: Interface inicial do Módulo Permanência.....	33
Figura 11: Interface Serviço Psicossocial.....	34
Figura 12: Interface Serviço de Saúde.....	35
Figura 13: Interface Serviço Educacional	35
Figura 14: Interface do Registro Unificado de Informações.....	37
Figura 15: Interface Registro Simplificado do Acompanhamento Psicossocial e de Saúde.....	37
Figura 16: Interface Registro do Acompanhamento Educacional e Registro Interdisciplinar.....	38
Figura 17: Interface do Registro Unificado de Informações Interdisciplinares relevantes e Indicação de Intervenção Interdisciplinar.....	38
Figura 18: Interface Ações e Eventos da Assistência Estudantil.....	39
Figura 19: Interface de Acompanhamento do Recurso da Assistência Estudantil.....	39
Figura 20:.....	40
Figura 21: Interface para Relato de Experiência.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFES	Instituições de Ensino Superior
IFRN	Instituição Federal do Rio Grande do Norte
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
PAE	Política de Assistência Estudantil
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
REPCT	Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 APORTE TEÓRICO.....	15
3 O PRODUTO EDUCACIONAL.....	23
3.1 Módulo de Assistência Estudantil.....	25
3.1.1 Módulo Acesso.....	25
3.1.2 Módulo Permanência.....	32
CONSIDERAÇÕES.....	42
REFERÊNCIAS.....	43

APRESENTAÇÃO

Este produto educacional é parte integrante da Dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Salvador, intitulada de Análise da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais: Um Estudo Comparativo entre o Instituto Federal da Bahia, *Campus* Salvador e do Amapá, *Campus* Macapá.

O interesse pela pesquisa guarda correspondência com a inserção profissional da pesquisadora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Inserção esta, iniciada em 2016, atuando diretamente com a Política de Assistência Estudantil (PAE), percebi a dificuldade que os profissionais encontram para o acompanhamento dos(as) estudantes através desta Política e assim colaborar de forma efetiva para seu êxito e verificar os resultados alcançados na execução da PAE.

Acredita-se que um acompanhamento efetivo dos(as) estudantes denotará se o caminho que estão percorrendo é o mais adequado, pois a eficácia de uma política também se mede pelos seus resultados. Tendo em vista que esta política nasce da preocupação com a permanência do(a) estudante e a conseqüente conclusão exitosa do curso, não pode existir resultado mais concreto do que a percepção da efetividade desta política na trajetória dele(a).

Para isso, pensou-se um produto educacional que seja uma ferramenta capaz de auxiliar a gestão e os profissionais da assistência estudantil no acompanhamento do(a) estudante, nos aspectos do acesso, permanência e êxito, ou seja, em toda sua trajetória dentro da Instituição.

Assim, foi elaborado um produto educacional com a finalidade de organizar um espaço pedagógico que seja capaz de acompanhar o(a) estudante na sua trajetória de ensino, com vistas a melhoria do acesso aos programas de assistência estudantil, como também o acompanhamento deste(a) estudante na trajetória educacional dele(a) e a saída exitosa da instituição. Idealizou-se um módulo de assistência estudantil no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), com a integralização dos setores e dos serviços e sistematização de dados, de forma a realizar o acompanhamento do(a) estudante desde seu acesso no Instituto, sua trajetória, permanência e a conclusão do curso com êxito.

1 INTRODUÇÃO

A assistência estudantil (AE) tem por finalidade o atendimento do(a) estudante, provendo os recursos necessários para que este(a) acesse aos estudos, permaneça nele e conclua sua formação com êxito. Entende-se esta ação enquanto política social no âmbito da educação, ela nasce como uma intervenção do Estado, exatamente para atender as necessidades sociais demandadas por uma sociedade de classes pautada pela desigualdade social.

A luta por uma assistência estudantil se fortalece com as mudanças sociais que o Ensino Superior enfrentou nas últimas décadas. Houve um aumento do número de vagas e aumento das oportunidades de ingresso no nível superior por meio das políticas de acesso e inclusão social, também conhecidas como políticas afirmativas. Essa democratização do acesso contribuiu para que estudantes com condições socioeconômicas desfavoráveis e com distintas trajetórias educacionais fossem incorporados a este nível de ensino, o que requereu a consolidação de programas efetivos voltados para permanência dos(as) estudantes, principalmente aqueles(as) que são provenientes de camadas socioeconômicas mais baixas (ASSIS, SANABIO, MAGALDI, MACHADO, 2013, p. 127).

Primeiramente reconhecida como política de educação para o Ensino Superior, as políticas afirmativas também passaram a fazer parte do cotidiano dos Institutos Federais (IFs), que vivenciaram, paralelamente às Universidades, as mesmas mudanças sociais. Com a expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REPCT), em 2008, a permanência e êxito dos(as) estudantes tornou-se uma problemática latente, requerendo a AE também nos IFs, não somente no nível superior de ensino, mas em todas as modalidades de ensino que estes ofertam. Regulamentada em 2010, através do Decreto 7.234, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se estende aos Institutos Federais, que recebem recurso próprio e contratação de profissionais específicos para atuação direta com a AE.

A pesquisa se situou, de maneira geral, na Linha de Pesquisa de Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos. De modo específico, no macrocampo da política social e no campo da Educação Profissional e Tecnológica, delimitando-se no aspecto da assistência estudantil.

A questão de partida da pesquisa foi entender “*como se dava o acompanhamento do(a) estudante dentro da Política de Assistência Estudantil nos aspectos do acesso, permanência e êxito, nos Institutos Federais da Bahia e do Amapá?*”.

Para este estudo, partiu-se do princípio de que era necessário acompanhar o(a) estudante como um todo, ser único e individual, com todas as suas particularidades e em toda a sua trajetória dentro da Instituição desde o seu acesso, permanência e êxito. Compreendendo este acesso como o ingresso na Instituição, no qual 50% dele se dá por meio de cotas raciais, sociais e pessoas com deficiência (PCD). O acesso também pode ser compreendido enquanto forma de inclusão à política de assistência estudantil: auxiliar e acompanhar o(a) estudante no acesso e inclusão às ações de assistência estudantil dentro da Instituição. A permanência guarda correlação com a trajetória mesmo do(a) estudante, todo seu percurso formativo e as condições efetivas para isso. O êxito pode ser compreendido enquanto conclusão satisfatória do curso ou até mesmo a desvinculação da AE porque, se conseguiu autonomia para permanecer nos estudos sem o suporte dela.

Optou-se por desenvolver um estudo de caso de caráter comparativo, através do estudo de dois casos. Logo, analisou-se a assistência estudantil através do recorte do Instituto Federal da Bahia, *Campus Salvador*, e do Instituto Federal do Amapá, *Campus Macapá*. Escolheu-se estes dois *locus* de pesquisa pela relevância do Instituto Federal da Bahia, uma escola centenária na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que trouxe aspectos relevantes quando comparado a uma Instituição mais recente como o Instituto Federal do Amapá. Como também, devido ao primeiro ser o polo de estudo do mestrado da pesquisadora e o último por ser o seu campo de atuação profissional. Os *Campi* foram escolhidos por serem os pioneiros na execução da assistência nestes Institutos.

Ao final do estudo, pode-se concluir que acompanhar o(a) estudante desde o seu acesso na Instituição, a permanência nela e a conclusão do curso é um desafio latente. Identificou-se caminhos para solucionar o problema do acompanhamento, mas o desafio é pô-los em prática. Assim, este produto educacional aponta para uma possível possibilidade de acompanhar a trajetória educacional do(a) estudante, desde o seu ingresso na Instituição, as condições que este(a) estudante ingressam, toda sua trajetória na Instituição, com o suporte multiprofissional e biopsicossocial, até a conclusão exitosa do curso que ele(a) se propôs a fazer.

Com base no estudo realizado, foi desenvolvido este produto educacional com a finalidade de organizar um espaço pedagógico que seja capaz de acompanhar o(a) estudante na sua trajetória de ensino, com vistas a melhoria do acesso aos programas de assistência estudantil, como também o acompanhamento deste(a) estudante na trajetória educacional

dele(a) e a saída exitosa da instituição. Com aparatos tecnológicos, idealizou-se um módulo de assistência estudantil no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), com a integralização dos setores e dos serviços e sistematização de dados, de forma a realizar o acompanhamento do(a) estudante desde seu acesso no Instituto, sua trajetória e permanência e a conclusão do curso com êxito.

O objetivo deste produto é disponibilizar uma ferramenta capaz de acompanhar o(a) estudante através da assistência estudantil, porém de forma intersetorial, sistemática e interdisciplinar, que possibilite o acompanhamento da trajetória do(a) estudante, desde o seu acesso na instituição, seu processo de permanência, até sua saída exitosa e que seja capaz de auxiliar a gestão no acompanhamento da execução da assistência estudantil.

2 APORTE TEÓRICO

Em relação à assistência estudantil no Brasil, destacam-se na Constituição, dispositivos que a amparam. Pode-se observar no artigo 3º: “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), além da garantia de bolsa de estudos àquele(a) estudante que demonstre insuficiência de recursos, não conseguir vaga na rede pública,

Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, *para os que demonstrarem insuficiência de recursos*, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade (BRASIL, 1988, art. 213, §1º - grifo da autora).

No entanto, na Educação Superior, as discussões sobre políticas de assistência estudantil, na década de 1980, impulsionadas pelos movimentos sociais da época se fortaleceram. Para Cavalheiro (2013, p. 33), a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, criou um cenário favorável ao desenvolvimento de ações de assistência estudantil.

A partir dos encontros e seminários deste fórum, no âmbito nacional e regional, foram elaborados documentos relevantes e encaminhados ao Ministério de Educação (MEC), apresentando sugestões de implementação de ações concretas para a área, nos seguintes aspectos: promoção de apoio a estudantes universitários, participação e representação estudantil, projetos emergenciais de manutenção de restaurantes universitários, entre outras.

Em 2007, é elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Foram relevantes os estudos realizados em 2004 pelo FONAPRACE para subsidiar o plano. Aqueles estudos demonstraram que o perfil socioeconômico da sociedade brasileira estava reproduzido no perfil dos(as) estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e foram identificadas dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção, afirma o documento.

O plano define que as questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde são as principais demandas para garantir a permanência dos(as) estudantes

nas IFES. Dessa forma, afirma o PNAE, torna-se fundamental a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão do curso por parte dos(as) estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida (BRASIL, 2007, p. 2). O PNAE teve como objetivo apresentar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil. Assim este plano afirma,

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão do curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (BRASIL, 2007, p. 4).

Um dos princípios que regem o plano é a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES (BRASIL, 2007, p. 14). Assim, a partir do plano nacional de assistência estudantil, ficam claras as bases em que se estabelece a assistência estudantil, que é o acesso, a permanência e o êxito dos(as) estudantes, estabelecendo áreas de atuação específicas para garantir que se efetivem estes 3 pilares.

Estes pilares são reforçados nos objetivos gerais e específicos daquele plano:

- a) Geral: Garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos(as) estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;
- b) Específicos: Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos(as) estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino (BRASIL, 2007, p. 14).

No mesmo ano, o MEC instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, considerando a centralidade da AE como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de *acesso e permanência* dos jovens no ensino superior federal (BRASIL, 2007- grifo da autora). Esta portaria é concretizada em 2010 por meio do Decreto nº 7234, de 10 de julho de 2010, onde a assistência estudantil é regulamentada em forma de programa.

[...] a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil [...] representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da Assistência Estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia

da Assistência Estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010, p. 405).

A finalidade do PNAES é prover os recursos necessários aos estudantes de baixa renda, tendo em vista o seu desenvolvimento e bom desempenho, diminuindo o percentual de retenção e evasão. São objetivos do programa: I– democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II– minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III– reduzir as taxas de retenção e evasão e IV– contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

A princípio, o programa é regulamentado no nível superior e estende-se aos Institutos Federais como afirma o artigo 4º do Decreto,

Art. 4º- As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

Em dezembro de 2010, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) realizou, por meio do Fórum de Dirigentes de Ensino, o Seminário “Construção de Diretrizes para as Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal EPCT”, em Fortaleza, no Ceará.

No seminário discutiu-se a elaboração de uma minuta para um novo documento que regulamentasse a assistência estudantil exclusivamente nos Institutos Federais. Para isso criou-se um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração deste documento (CONIF, 2011). Criou-se então, um documento balizador da AE nos Institutos Federais. Neste, está expresso que,

[...] o desafio da inclusão social aponta para a necessidade de estabelecer políticas de assistência estudantil que favoreçam *a permanência e o êxito* no percurso formativo e na inserção socioprofissional dos estudantes, particularmente para aqueles que necessitam das referidas políticas (CONIF, 2011- grifo da autora).

Mais uma vez, destaca-se aqui, a importância da assistência estudantil no favorecimento da permanência e do êxito dos(as) estudantes. Em sua finalidade também está enfatizada a

permanência, pois ela se constitui em ampliar as condições de *permanência* e apoio à formação acadêmica.

O documento apresenta a seguinte concepção da Assistência Estudantil: uma política pública que estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas, e promover a justiça social no percurso formativo dos(as) estudantes. Ela se destina aos(às) estudantes matriculados na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, independente de nível e modalidade de ensino, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social¹. (CONIF, 2011).

A Educação Profissional e Tecnológica de nível médio é a principal modalidade de ensino ofertada nos Institutos Federais. Historicamente o ensino técnico profissionalizante tem sido buscado pelas camadas mais pobres da população: “são os filhos dos trabalhadores e operários que precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino” (RAMOS, 2007, p. 13).

Como apontado nos estudos de Anjos (2014, p. 61), não se pode negar que a intervenção primeira do Estado em relação à educação foi de forma assistencialista, especialmente no que diz respeito à educação profissional, criando escolas públicas para os filhos dos trabalhadores com a intenção de regular e controlar a educação das crianças. Desta forma o Estado oficializava o ensino profissional como ensino destinado aos pobres, instituindo, assim, a discriminação social através da escola.

Diante do exposto, infere-se que não basta apenas garantir o acesso deste público à educação, faz-se necessária a garantia da permanência e, conseqüentemente, a conclusão exitosa do curso. Por isso, entende-se que a assistência estudantil é uma necessidade para o(a) estudante de qualquer modalidade e nível de ensino, já que a maior parte dos(as) estudantes das escolas públicas são oriundos das camadas mais empobrecidas da nossa sociedade.

Pode-se verificar este dado através da PNAD/IBGE² (2014), pois, durante os nove anos analisados, a rede pública continuou atendendo uma proporção maior de estudantes pertencentes aos 20% da população com menores rendimentos no ensino fundamental e médio.

1 Este estudo entende por vulnerabilidade social os: processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial (BRASIL, 2011, p. 2).

2 PNAD/IBGE: sigla para Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Logo, não se pode desconsiderar o aspecto da pobreza quando se fala em assistência estudantil. Pesquisas mostram que a pobreza está relacionada ao baixo nível de escolaridade, pois predominam entre os indivíduos nessa condição. Quem é pobre tende a receber menos educação formal e quem recebe menos educação formal tende a ser mais pobre, criando uma difícil armadilha social (SILVA JR. e SAMPAIO, 2010, p. 83).

A educação é um aspecto importante para o desenvolvimento do país, já que através dela a população tem possibilidade de melhorar sua renda e conseqüentemente o nível de qualidade de vida, sendo uma possibilidade de ascensão social. Destarte, o reconhecimento que ampliar o acesso à educação é dever do Estado e quando se trata de ampliação do acesso, faz-se necessário reconhecer as ações afirmativas implantadas nas últimas décadas, pois, o acesso à assistência estudantil implica, primeiro e necessariamente, que se tenha garantido o acesso à educação.

As ações afirmativas são para estudantes oriundos de escola pública, destes, 50% devem ter renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita e serem autodeclarados pretos, pardos e indígenas ou pessoas com deficiência igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Em aspectos de vivências sociais dos(as) estudantes, as ações afirmativas, também conhecidas como política de cotas, impactam diretamente na realidade social vivenciada pelos(pelas) estudantes dos Institutos Federais. Com base nesta lei pode-se inferir que pelo menos 50% do público ingressante nos IFs vivenciam alguma condição especial ou de vulnerabilidade, impactando nos índices de permanência e êxito. O PNAES prevê o amparo do público proveniente das políticas de cotas. Assim, conforme aquele decreto:

Art. 5º-Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Com base no último Censo do IBGE, em 2010, o Brasil contava com uma população de 191 milhões de habitantes, dos quais 91 milhões se classificaram como brancos (47,7%), 15 milhões como pretos (7,6%), 82 milhões como pardos (43,1%), 2 milhões como amarelos (1,1%) e 817 mil indígenas (0,4%). Somando-se o total de pretos e pardos temos uma população maior que a de branco, são 97 milhões (50,7%), ou seja, mais da metade da população brasileira é constituída por pretos e pardos (BRASIL, 2010).

Ao se afirmar que as políticas de cotas impactam na realidade social dos(as) estudantes faz-se, primeiro com base no critério de renda assumido pela lei (igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita), que por si só já é um critério de vulnerabilidade, e também com base na realidade de exclusão vivenciada pelos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência no Brasil. Analisando as condições sociais dos pretos e pardos (maior número de ingresso dentre os cotistas) em relação a população de brancos, temos contrastes consideráveis.

Há uma diferença de mais do dobro da taxa de analfabetismo entre a população branca e a de pretos e pardos. Enquanto a taxa de brancos analfabetos é de 4,0%, a de pretos e pardos é de 9,3%. Em relação ao ensino básico, entre as pessoas de cor preta ou parda, 47,4% não completaram nem a primeira etapa, ou seja, quase metade da população de pretos e pardos do país (BRASIL, 2017). Se é certo que a pobreza está relacionada ao baixo nível de escolaridade, então podemos afirmar que entre a população preta e parda há um alto índice de pobreza.

Compreende-se que a pobreza é um fenômeno complexo associado a muitas causas, mas que está fortemente correlacionada ao baixo nível de escolaridade, logo a redução da pobreza e da desigualdade social passa pela democratização do ensino de qualidade (BRITO, ARRUDA, CONTRERAS, 2015). Ainda assim, os índices daqueles que acessam os estudos e conseguem concluí-los são preocupantes. Conforme os estudos realizados pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (BRASIL, 2017), a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória no Brasil, é de 46,1%, ou seja, menos da metade da população do país têm o nível básico de educação.

Para Reis e Tenório (2009, p. 52) permanecer adquire, no sistema pós-cotas, o significado de continuar nos estudos, porém esta permanência não pode ser resumida ao assistencialismo, ou seja, reduzida a uma prestação de auxílio pontual e à mercê da boa vontade dos governantes. Como também não pode ser pensada como uma política transitória, mas deve ser uma política efetiva do Estado, no sentido de garantir e fortalecer a trajetória do(a) estudante especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e possuindo efetivas dificuldades em permanecer nos estudos e lograr êxito.

Segundo aqueles autores, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas de estado que incidam sobre questões de permanência material como alimentação, transporte, aquisição

de materiais, condições de pertencimento e de apoio no processo de aprendizagem. É importante refletir que não basta garantir o acesso à educação sem dar as devidas condições de permanência, tão logo, a permanência e o êxito dos(as) estudantes devem ser pensados enquanto direito. Assim,

Na tessitura de múltiplas dimensões, podemos a partir do termo “democratizar”, que recorre a outros verbos, como participar e incluir, enfatizar que o princípio da igualdade de condições na democratização do ensino só se efetiva mediante a qualidade no acesso sucedido da qualidade da permanência (SOUZA, 2017, p. 31).

A política de cotas afirmativas e sociais impactaram diretamente no público que acessa a educação. Porém, neste trabalho pretende-se também discutir como este público acessa a assistência estudantil e quais os mecanismos para que esta política seja garantida ao(a) estudante que de fato necessita como condição para uma permanência de qualidade e também de êxito nos estudos. No relatório de gestão do IFBA (2018) podemos perceber que existe uma atenção em relação a isso,

Quanto aos estudantes, considerando *o atendimento a um crescente público vinculado a faixas socioeconomicamente desfavorecidas da população, tendo em vista a política de cotas e a oferta de educação de jovens e adultos, o maior desafio é garantir não apenas a qualidade do ensino que lhes é ofertada, mas também as condições para que eles tenham sucesso, isto é, possam permanecer na Instituição*, concluir seus estudos e ingressar no mundo do trabalho. se faz necessário investir ainda mais no acompanhamento pedagógico, nas ações de acessibilidade e ampliação do atendimento às pessoas com deficiências e promover ações que estimulem o aprendizado e em programas de monitoria, além de programas de incentivo à participação em projetos de extensão, empreendedorismo, pesquisa e inovação tecnológica (p. 51- grifo da autora).

Torna-se claro, a partir dos documentos analisados no tópico anterior, que desde a criação dos IFs, pensava-se a assistência estudantil como garantia das condições para o acesso, permanência, êxito educacional e inserção profissional dos(as) estudantes. No Termo de Acordo de Metas e Compromissos realizado entre o MEC e os Institutos Federais, em suas considerações iniciais, se reconhece que o compromisso dos IFs com a diversidade, com a redução das barreiras educativas e com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, implica na ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2009).

Esta preocupação com os índices de permanência e evasão dos(as) estudantes torna-se evidente quando em 2014 o MEC publica os estudos sobre evasão e retenção na Rede EPCT através do Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. O documento apresenta como uma das

condições para superação da evasão o fortalecimento da assistência estudantil, com programas de monitoria e iniciação científica (BRASIL, 2014, p. 20).

No entanto, a questão do êxito não é uma relação direta, ela é multifatorial, como por exemplo, podemos considerar a questão da transferência interna como situação de evasão num determinado curso, mas não necessariamente ausência de êxito. Logo o êxito vai além do sucesso ou insucesso escolar, como o próprio documento orientador afirma:

Entender a evasão e a retenção como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional (BRASIL, 2014, p. 28).

É nesta perspectiva que se trata da assistência estudantil neste trabalho, com vistas à permanência dos(as) estudantes pretos(as), pardos(as), indígenas, quilombolas, com necessidades educacionais específicas, vulneráveis ou não. Deve-se haver uma atenção especial para os(as) estudantes em situação de vulnerabilidade social, mas a assistência estudantil deve acompanhar a trajetória de todo e qualquer estudante de maneira universal, até mesmo porque ela não se resume em auxílio financeiro, mas trata-se também dos serviços de assistência ao educando como, serviço educacional/pedagógico, serviço psicológico, serviço socioassistencial, serviço de saúde, desenvolvimento de projetos de pesquisa, monitoria, inclusão digital, acesso à cultura e ao lazer.

3 O PRODUTO EDUCACIONAL

A assistência estudantil vem sendo implementada conforme as Instituições interpretam a legislação, estabelecendo critérios e métodos de seleção, como também o tipo de auxílio ou bolsa a ser ofertada. Segundo Mota (2013, p. 84) este enfoque é o *bottom-up*, no qual há uma relação dinâmica entre a política formulada e a política efetivamente posta em prática, implicando que pode haver mudanças no plano inicial da política a partir da interação dos atores com os contextos da política.

O módulo de assistência estudantil é uma proposta integradora entre os setores e profissionais para o acompanhamento da trajetória do(a) estudante de forma sistêmica: biopsicossocial para positivos resultados no processo ensino-aprendizagem. Destaca-se que algumas iniciativas deste módulo já se aplicam nas realidades estudadas, como também trazem os anseios das profissionais entrevistadas e no constante diálogo a respeito da melhoria da gestão da assistência estudantil. O que foi aqui idealizado é compatível com o SUAP e pode ser adaptado a cada realidade, já que o sistema está em fase de implantação nas duas Instituições.

Assim, o produto foi idealizado a partir de 3 categorias principais: acesso, permanência e êxito. O acesso é o módulo de entrada, nele será traçado o perfil do(a) estudante, não apenas daqueles que se inscrevem nos editais de assistência estudantil, mas de todo(a) estudante para o acompanhamento do corpo discente. No módulo da permanência será realizado o acompanhamento do(a) estudante pelos profissionais. Já o módulo do êxito será o encerramento deste ciclo de acompanhamento.

Consideramos importante destacar que o acompanhamento interdisciplinar deve respeitar o sigilo exigido em cada profissão. As informações encaminhadas e compartilhadas num possível sistema unificado de informações deve respeitar a condição de revelar o estritamente necessário, tanto em relação as informações que devem ser reveladas, quanto a quantidade de profissionais que devem tomar conhecimento. Nos diversos códigos de ética profissionais, o sigilo é considerado como toda informação que o(a) profissional toma contato em razão de seu ofício.

Assim, o trabalho interdisciplinar requer a habilidade de convergir as identidades e competências de cada profissão. Como afirma Raichelis (2009),

Ao contrário do que muitas vezes se considera, o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas (p. 15).

Deve-se fortalecer o vínculo de confiança entre o(a) estudante e o(a) profissional, assim, ao encaminhar uma situação deve-se primeiro consultar o indivíduo a respeito ou seus responsáveis.

Pode-se elencar alguns fatores de melhoria na gestão da assistência estudantil a partir do produto idealizado:

- a) O produto educacional aqui proposto, visa dar subsídios para que as Instituições possam realizar o cruzamento de informações e dados dos(as) estudantes entre os setores, por exemplo, as informações cadastradas no banco de dados do setor de matrículas, que são importantes para o acompanhamento do(a) estudante na assistência estudantil podem fazer conexão direta, acarretando o trabalho de forma interligada entre os setores.
- b) Cruzar as informações dos atendimentos realizados pelos profissionais: ver o(a) estudante de forma integrada, quais serviços ele já acessou, quais auxílios e/ou bolsas recebe, se é acompanhado pela psicologia, pelo setor de saúde, pelo serviço educacional.
- c) Desburocratização do trabalho, diminuindo o volume de documentos e o preenchimento de vários formulários pelo(a) estudante (formulário de matrícula, formulário de inscrição nos diversos programas de assistência estudantil, formulário socioeconômico).
- d) Autonomia do(a) estudante na inscrição para os programas. Este poderá anexar os documentos solicitados para análise socioeconômica, marcar atendimentos, entrevistas, descentralizando, assim, as tarefas.
- e) Interface com o setor de registro escolar, setor pedagógico e setor de assistência estudantil: acompanhar o(a) estudante que trancou a matrícula, que foi suspenso, aquele(a) que se afasta por motivo de saúde, por motivo de gravidez, ter ciência daqueles(as) que evadiram.

O módulo de assistência estudantil torna-se, assim, uma ferramenta institucional para o acompanhamento do(a) estudante desde a sua chegada no Instituto (acesso), toda sua trajetória

(permanência), até a conclusão do curso ou experiência exitosa com a Instituição (êxito). Esta será uma ferramenta de acompanhamento do(a) estudante e avaliação da execução da política de assistência estudantil, um possível termômetro, para analisar se as ações de assistência estudantil estão sendo efetivas ou não.

3.1 Módulo de Assistência Estudantil

O SUAP foi criado pela equipe de desenvolvimento de sistemas de informação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), visando a gestão integrada das informações. Este sistema é, atualmente, utilizado em diversos IFs como ferramenta de informatização e sistematização dos dados da gestão. Já existe no IFRN um módulo de atividades estudantis, correlato ao Departamento de Assistência Estudantil. Neste, algumas ações propostas neste estudo já são realizadas. A proposta é adaptar o que já vem sendo feito para as realidades aqui estudadas.

Segundo informações do site³ do IFRN, o SUAP foi construído na perspectiva de uma instituição multicampi, possuindo, assim, uma estrutura modular, que possibilita a interligação dos diversos dados por área e por unidade. Devido a essas peculiaridades, o sistema vem sendo utilizado também por vários Institutos Federais. Atualmente, o sistema se encontra em pleno desenvolvimento e, portanto, continua recebendo atualizações constantes, adição de novas funcionalidades, melhorias de funcionalidades existentes e criação de novos módulos.

Assim, o sistema constitui o ambiente ideal para a adaptação do formato de módulo aqui proposto. O SUAP tem sido utilizado de forma oficial pelos Ifs e vem sofrendo modificações e adaptações constantes, conforme as demandas apresentadas pelas instituições. Logo é o ambiente propício para sugestões e alterações do que já vem sendo usado.

No entanto, este módulo pode ser adaptado a outros sistemas. O que se pretende aqui é deixar aberta uma possibilidade de se trabalhar a assistência estudantil, com os princípios do acesso, permanência e êxito de forma articulada. Assim, detalha-se abaixo a idealização destes módulos.

3.1.1 Módulo Acesso

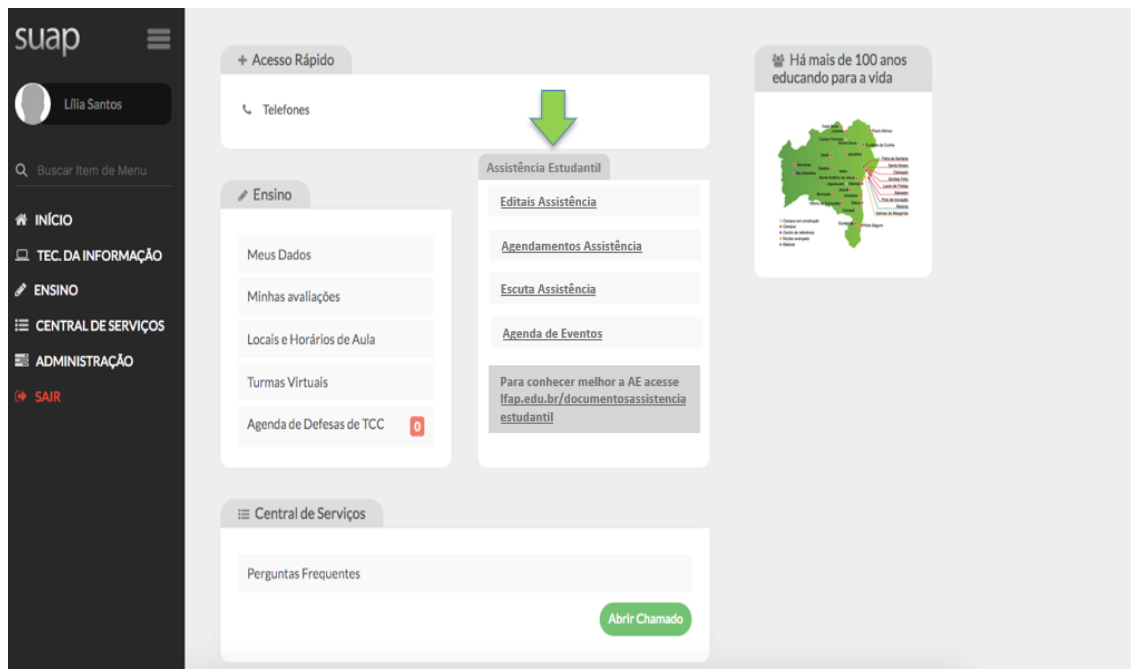
³ Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ifrn/tec-da-informacao/lateral/servicos/sobre-o-suap>. Acesso em: 09 set 2019.

Pensou-se neste módulo para acompanhamento do(a) estudante desde o seu acesso na Instituição. É fundamental saber qual o público tem acessado os Institutos Federais, conhecendo-se o público-alvo é que se pode aprimorar as políticas e ações direcionadas para ele. Logo, os(as) principais usuários(as) deste módulo serão os(as) estudantes.

Este é o módulo de entrada, nele será traçado o perfil do(a) estudante, não apenas daqueles que se inscrevem nos editais de assistência estudantil, mas de todo(a) estudante para o acompanhamento do corpo discente. Nele terão os dados pessoais, acadêmicos e socioeconômicos do(a) estudante preenchidos durante a matrícula.

Nele também o(a) estudante poderá se inscrever nos editais de assistência estudantil. Através dele serão marcadas entrevistas, visita domiciliar ou atendimentos com algum profissional que compõe a equipe técnica da assistência estudantil. As figuras abaixo representam as interfaces idealizadas:

Figura 1: Interface inicial do SUAP



Fonte: <https://suap.ifba.edu.br/>

A figura 1 mostra a tela inicial⁴ do SUAP quando o(a) estudante faz o acesso com seu login, que é a matrícula e sua senha no formato orientado por sua Instituição. As setas nesta figura e nas próximas, indicarão as alterações realizadas por nós como ilustração para o protótipo.

⁴ As telas iniciais podem sofrer variações conforme a necessidade e interesse de cada Instituto Federal.

Ao realizar o login no sistema, o(a) estudante já visualiza em destaque (como indica a seta) o link para assistência estudantil, no qual ele(a) poderá:

- Acessar os editais da assistência estudantil disponíveis;
- Agendar atendimento com o profissional da assistência estudantil que desejar;
- Registrar sugestões, reclamações, elogios, críticas, dúvidas. Um canal de ouvidoria direta com o(a) estudante.
- Acessar o calendário de eventos da assistência estudantil.
- Link direto para acessar no site da Instituição todos os documentos que regulamentam a assistência estudantil: leis, decretos, planos, política institucional, lei orçamentária anual, relatórios de gestão, plano de desenvolvimento institucional, etc.

Figura 2: Interface de Perfil do(a) Estudante no SUAP

The screenshot displays the SUAP student profile interface. On the left is a dark sidebar with a menu. The main content area is titled 'Dados Gerais' and shows a student's profile with the following information:

- Nome:** Estudante
- Situação:** Matriculado
- Matrícula:** 2009000000
- Ingresso:** 2009/1
- CPF:** 000.000.000-00
- Período Referência:** 4^o
- Coefficiente de Rendimento (CRE):** 6,84
- Curso:** 281 - ELETROTÉCNICA - INTEGRADO (Salvador)
- Matriz:** 53 - MATRIZ CURRICULAR CURSO: ELETROTÉCNICA - INTEGRADO
- Situação Sistemática:** Matriculado no SUAP
- Data da Migração:** -
- Impressão Digital:** Não
- Emitiu Diploma:** Não

Below this information are tabs for 'Dados Acadêmicos', 'Dados Pessoais', 'Requisitos de Conclusão' (2), 'Pedidos de Renovação de Matrícula' (0), and 'Procedimentos de Matrícula' (0). Under the 'Dados Acadêmicos' tab, there are several categories: 'Atividades Complementares', 'TCC / Relatórios', 'Diplomas/Certificados' (0), 'Medidas Disciplinares / Premiações', 'Boletins', 'Histórico', 'Participações em Projetos', 'Estágios e Afins', 'Palestras/Eventos e Minicursos', 'Locais/Horários de Aula', and 'Assistência Estudantil'. A green arrow points to the 'Assistência Estudantil' link. The left sidebar has a menu with 'INÍCIO' highlighted by a green arrow. On the right, there is a banner for 'Há mais de 100 anos educando para a vida' with a map of Brazil, and a 'Calendário Administrativo' for August.

Fonte: <https://suap.ifba.edu.br>

A figura 2 mostra a interface proposta como tela do(a) estudante ao acessar os seus dados: pessoais, acadêmicos, socioeconômicos. Alguns dados serão editados pelo(a) estudante e outros pelo registro acadêmico e/ou professores, estes quando se tratar dos registros de notas e presenças. Um link para a assistência estudantil foi incluído nessa primeira página.

Figura 3: Interface da Caracterização Social

Fonte: <https://suap.ifba.edu.br>

A figura 3 mostra a interface da caracterização social, construída pelo IFRN que já vem sendo adaptada tanto no IFBA, quanto no IFAP, porém ainda não está em uso. A proposta deste trabalho é que a caracterização atenda a realidade local e seja preenchida por todos(as) os(as) estudantes, não apenas por aqueles(as) que se inscrevem nos editais de assistência estudantil, pois é fundamental que a Instituição conheça o seu público ingressante e a partir destes dados, traçar políticas e ações direcionadas diretamente para um público específico.

Assim, sugere-se que este instrumento seja preenchido no ato da matrícula por todos(as) os(as) estudantes matriculados. A caracterização socioeconômica permite conhecer fatores como:

- A região da qual o(a) estudante é proveniente;
- Sua condição de moradia;
- Composição familiar (se possui idoso, criança, gestante, PCD);
- Situação de trabalho do(a) estudante e dos membros da família;
- Renda familiar;
- Condições de saúde do(a) estudante e dos membros da família;
- Se possui alguma necessidade específica;
- Se possui doença crônica;

- Origem escolar;
- Cor, etnia, raça;
- Situação dos pais: casados, divorciados, falecidos
- Se o(a) estudante possui filhos
- Se o(a) estudante paga alguma pensão
- Se o(a) estudante recebe alguma pensão
- Gastos da família
- Se o(a) estudante participa de algum programa social (inscrição no NIS)

Figura 4: Interface Editais de Assistência Estudantil



Fonte: Elaborado pela Autora

É no módulo do acesso que o(a) estudante poderá se inscrever nos Editais de Assistência Estudantil. Através dele, o(a) estudante atualizará a caracterização socioeconômica, poderá justificar o motivo da solicitação, acompanhar o resultado, entrar com recurso e anexar todos os documentos solicitados para concorrer ao Edital, como representado na figura 4.

A conferência dos documentos é dispensada atendendo à Lei 13.726 de 2018 que dispensa autenticação de cópias e estabelece a não exigência de determinados documentos pessoais para o cidadão que já tenham estas informações cadastradas na base de dados de órgãos do governo.

Figura 5: Interface Agenda de Atendimento

Fonte: Elaborado pela autora.

A interface da figura 5 é uma proposta na qual o(a) estudante pode agendar o atendimento com o(a) profissional da assistência estudantil que desejar. A agenda do profissional ficará disponível e ao agendar o atendimento, o(a) estudante receberá uma confirmação por e-mail.

Figura 6: Interface Escuta Assistência

Fonte: elaborado pela autora

A interface proposta na figura 6 sugere uma ouvidoria da assistência estudantil. O(a) estudante poderá, através dela, registrar sugestões, reclamações, elogios, dúvidas e demandas.

Após a sua manifestação, o(a) estudante receberá um retorno por e-mail do(a) profissional da assistência estudantil, no prazo determinado pelo setor.

Antes de confirmar o envio da manifestação, o(a) estudante será encaminhado para um breve questionário com o objetivo de expressar de forma mais livre seus anseios em relação à assistência estudantil. Esta interface pode ser visualizada na figura 7.

Figura 7: Interface Escuta Assistência- Tela 2

Fonte: elaborado pela autora.

Figura 8: Interface Calendário de Eventos

Fonte: elaborado pela autora.

Na interface apresentada na figura 8 se propõe um calendário centralizado dos eventos da Instituição para que os eventos não fiquem setorizados, mas que o(a) estudante tenha uma

programação de todo o ano letivo, desde suas atividades acadêmicas, atendimentos agendados, eventos diversos ligados ao seu curso e aos demais setores da Instituição, como também eventos externos, de modo que ele consiga se organizar da melhor forma.

Nesta etapa também os(as) estudantes poderão ter acesso aos eventos que ele participou e imprimir o certificado do seu interesse, conforme demonstrado na figura 9:

Figura 9: Interface Calendário de Eventos- Tela 2

The screenshot shows the 'suap' interface. On the left is a dark sidebar menu with options like 'INÍCIO', 'ADMINISTRAÇÃO', 'TEC.DA INFORMACÃO', 'GESTÃO DE PESSOAS', 'ENSINO', 'ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL', 'CALENDÁRIO', 'EXTENSÃO', 'PESQUISA', and 'SAIR'. The main content area is titled 'Calendário de Eventos'. It has a 'Filtros' section with 'Ano: 2018' and 'Campus: Santana' and an 'Enviar' button. Below this, it says 'Você participou do evento abaixo:' followed by the event details: 'II Encontro de Assistência Estudantil do IFAP: Assistência Estudantil para além do PNAES', 'Carga horária: 30 horas', 'Aproveitamento: 100%', 'Apresentação de trabalho: não', and a radio button for 'Imprimir certificado'. At the bottom, there are six calendar grids for the months of January, February, March, April, May, and June, showing dates and days of the week.

Fonte: elaborado pela autora.

Neste trabalho, compreende-se a assistência estudantil para além de um setor específico, mas como uma rede institucional de suporte, de acolhimento e de atenção às necessidades do(a) estudante, que somente funcionará com a integração de diversos atores e setores.

3.1.2 Módulo Permanência

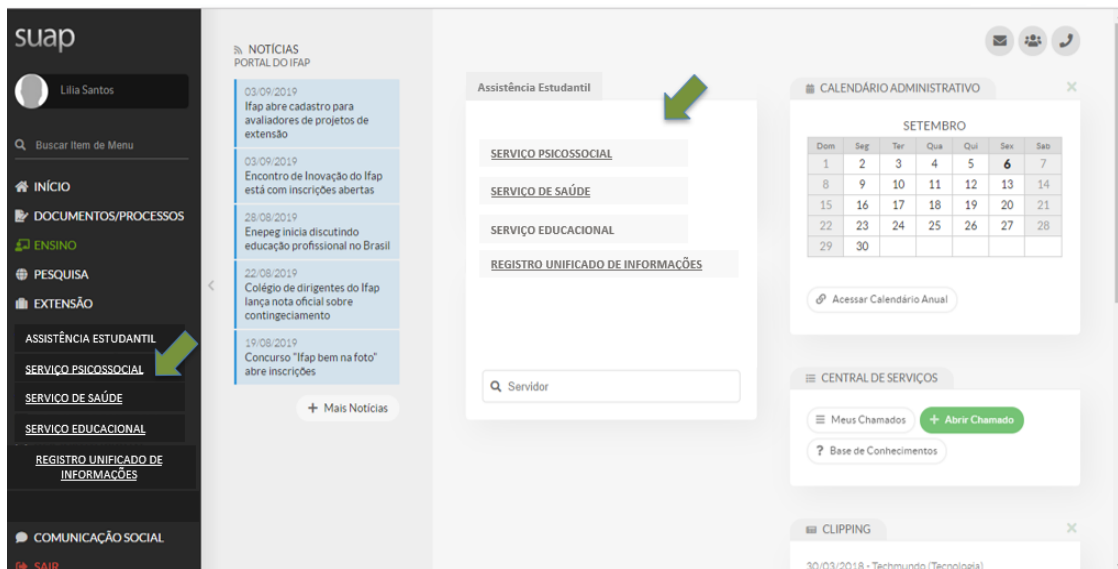
Idealizou-se o módulo da assistência estudantil ligado ao Departamento de Ensino, pois os setores de assistência estudantil das instituições estudadas funcionam, hierarquicamente, ligados às respectivas Direções de Ensino.

O módulo da permanência foi idealizado para o acompanhamento propriamente dito do(a) estudante, assim o acesso deste módulo é exclusivo dos servidores. Dividiu-se o acompanhamento em 3 aspectos principais: psicossocial, saúde e educacional.

O acompanhamento psicossocial consiste no acompanhamento multidisciplinar por especialidades como psicólogo e assistente social, envolvendo aspectos psicológicos e sociais da vida do(a) estudante. O acompanhamento biológico é o acompanhamento da saúde física,

multidisciplinar também, envolvendo especialidades como médico, dentista, enfermeiro, fisioterapeuta, nutricionista e aquelas que a instituição dispor. O acompanhamento educacional envolve o acompanhamento da vida acadêmica do(a) estudante, acompanhando seu rendimento e traçando junto com ele(a) metodologias de estudos.

Figura 10: Interface inicial do Módulo Permanência



Fonte: elaborado pela autora.

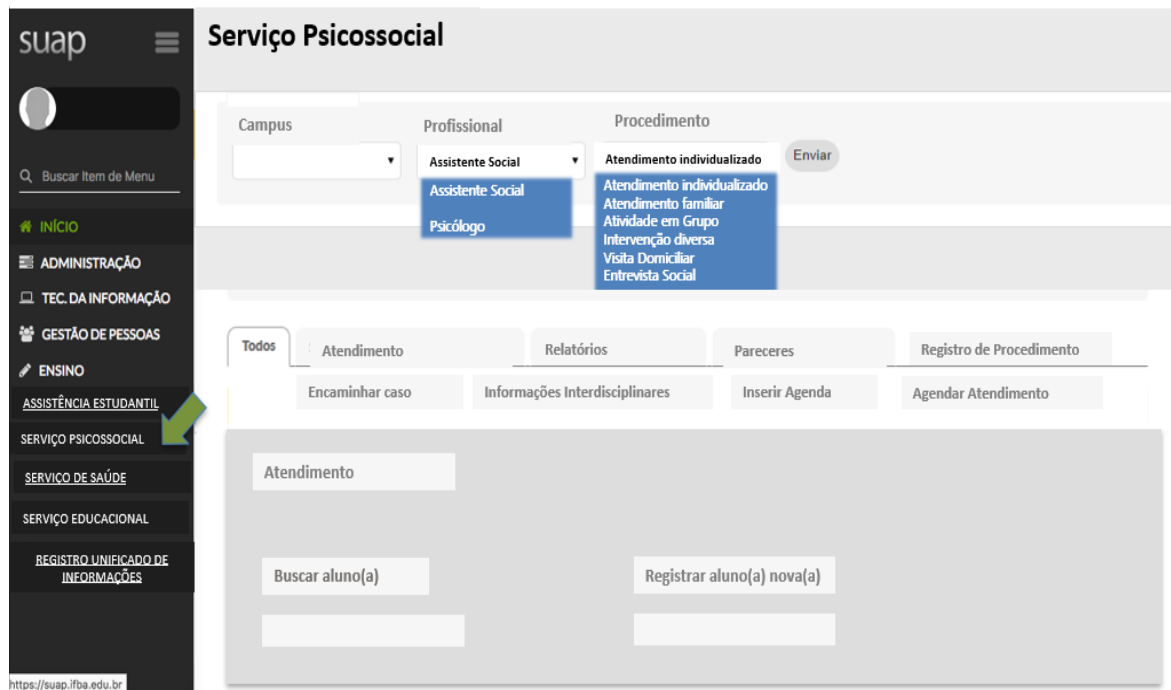
Na figura 10 o(a) profissional visualiza as áreas de acompanhamento das quais ele(a) terá acesso àquela área que lhe compete. Não se detalhou os serviços especializados de cada profissional nos templates, pois compete aos profissionais se reunirem por categoria para melhor estabelecerem suas demandas, neste aspecto, o objetivo deste produto é propor um acompanhamento integrado entre os serviços, conforme demonstrado adiante.

Assim se propõe um Registro Unificado de Informações, no qual cada profissional fará um registro simplificado de informações interdisciplinares colhidas em intervenções realizadas no exercício profissional para compor o Registro Unificado de Informações, como um relatório único.

Os dados coletados no setor de registro acadêmico (pessoais, acadêmicos e socioeconômicos) serão importados para a assistência estudantil para que os profissionais da equipe tenham acesso ao que lhe compete. Em relação aos dados socioeconômicos, por exemplo, terão acesso apenas os(as) profissionais de Serviço Social, que traçará um breve perfil do(a) estudante para o Registro Unificado de Informações, do qual toda equipe da assistência estudantil terá acesso. E assim será com os outros serviços, informações

consideradas sigilosas apenas poderá ser importadas pelo profissional ao qual compete aquela informação.

Figura 11: Interface Serviço Psicossocial



Fonte: elaborado pela autora.

Na interface apresentada na figura 11 se propõe o serviço integrado entre psicólogo e assistente social para acompanhamento do(a) estudante no âmbito psíquico, emocional e social, auxiliando no processo ensino-aprendizagem. Cada profissional terá seu acesso de maneira individualizada, fazer suas observações e posteriormente fazer o registro de informações interdisciplinares. Através do módulo, o profissional poderá encaminhar casos, inserir sua agenda para atendimentos e agendar os atendimentos com os(as) estudantes.

Através do módulo de assistência estudantil, tanto o(a) estudante pode solicitar o atendimento, como o(a) profissional pode agendar os atendimentos identificados. Ao encaminhar o caso, o profissional poderá selecionar os(as) profissionais aos quais o caso será encaminhado e ao registrar as informações interdisciplinares, também poderá selecionar os profissionais que terão acesso àquelas informações resguardando o sigilo profissional.

Figura 12: Interface Serviço de Saúde

Fonte: elaborado pela autora.

O serviço especializado de saúde também funciona de maneira multidisciplinar, como idealizado na interface apresentada na figura 12. Nele os profissionais também terá o acesso de maneira individualizada, fazer suas observações e posteriormente fazer o registro de informações interdisciplinares. Através do módulo, o(a) profissional poderá encaminhar casos, inserir sua agenda para atendimentos e agendar os atendimentos com os(as) estudantes, fazer o controle vacinal, anexar a carteira de vacina do estudante.

Figura 13: Interface Serviço Educacional

Fonte: Elaborado pela Autora.

Um profissional responsável pelo acompanhamento educacional será lotado na assistência estudantil para fazer um acompanhamento mais próximo do(a) estudante, identificar as dificuldades, auxiliar com planos de estudo, identificar as potencialidades e o que houver. É importante destacar isso, porque as equipes de assistência estudantil, reconhecem essa necessidade, mas não têm um profissional específico para este acompanhamento compondo as suas equipes.

Trabalha-se em unidade com o setor pedagógico, que, por conta das demandas, não tem condições de fazer este acompanhamento mais próximo do(a) estudante. Cuidar do processo educacional do(a) estudante é pensar a assistência estudantil dentro do processo escolar, no qual ela existe para dar suporte ao estudante neste processo de permanência, é trabalhar de forma interdisciplinar e dar o suporte biopsicossocial para que o(a) estudante encontre o êxito educacional.

A partir da figura 14 é proposto o Registro Unificado de Informações. Nesta primeira tela, o profissional poderá visualizar a situação do(a) estudante que deve estar sempre atualizada pelo setor de registro escolar. Assim, poderá, de imediato, saber se o(a) estudante está matriculado(a), suspenso(a), se trancou a matrícula, se pediu transferência ou até mesmo se está de regime de exercícios domiciliares, amparado(a) pelo Decreto-Lei 1.044 de 1969 e Lei 6.202 de 1975⁵.

As figuras 15, 16 e 17, apresentam as interfaces idealizadas para o Registro Unificado de Informações, que apresentará as informações interdisciplinares. Esta é uma proposta que deve ser adaptada conforme a realidade de cada IF. Adaptar esta realidade requer a habilidade do trabalho interdisciplinar, a confiança mútua entre os profissionais e o fortalecimento da relação de confiança entre profissional e estudante.

⁵ Decreto-Lei 1.044 de 1969 e Lei 6.202 de 1975 amparam o atendimento domiciliar pela escola aos alunos com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados pela incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes, como também à aluna gestante que, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses ficará assistida pelo mesmo regime (BRASIL, 1969 e 1975).

Figura 14: Interface do Registro Unificado de Informações

Registro Unificado de Informações
Lília Campos dos Santos (20171630010)

Dados Gerais

Nome	Lília Campos dos Santos	Situação	Matriculado
Matrícula	20171630010	Ingresso	2017/1
CPF	787.638.945-72		
Período Referência	3º	Coefficiente de Rendimento (CRE)	7,88
Curso	63 - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (Salvador)		
Matriz	252 - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		
Situação Sistêmica	Matriculado no SUAP	Data da Migração	-
Impressão Digital	Não		
Emitiu Diploma	Não		

[Dados Acadêmicos](#) | [Dados Pessoais](#) | [Dados Socioeconômicos](#) | [Informações do Acompanhamento Psicossocial](#) | [Registro Interdisciplinar](#)
[Informações do Acompanhamento de Saúde](#) | [Informações do Acompanhamento Educacional](#) | [Boletins](#) | [Histórico](#)

Fonte: suap.ifba.edu.br

Figura 15: Interface Registro Simplificado do Acompanhamento Psicossocial e de Saúde

Acompanhamento Psicossocial

Registro simplificado: _____

Data e hora do atendimento: _____

Profissional responsável pelo atendimento: _____

Acompanhamento de Saúde

Registro simplificado: _____

Data e hora do atendimento: _____

Profissional responsável pelo atendimento: _____

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 16: Interface Registro do Acompanhamento Educacional e Registro Interdisciplinar

The screenshot displays the SUAP interface with a dark sidebar menu on the left. The main content area is divided into two sections:

- Acompanhamento Educacional:** This section contains three input fields: "Registro simplificado:", "Data e hora do atendimento:", and "Profissional responsável pelo atendimento:". Each field has a light gray background and a white border.
- Registro Interdisciplinar:** This section contains a single large text area with the heading "Considerações Iniciais e Fundamentação do Caso".

The sidebar menu includes the following items: INÍCIO, ADMINISTRAÇÃO, TEC. DA INFORMAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, ENSINO, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, SERVIÇO PSICOSSOCIAL, SERVIÇO DE SAÚDE, SERVIÇO EDUCACIONAL, and SISTEMA UNIFICADO DE INFORMAÇÕES. The URL <https://suap.fba.edu.br> is visible at the bottom left of the sidebar.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Figura 17: Interface do Registro Unificado de Informações Interdisciplinares relevantes e Indicação de Intervenção Interdisciplinar

The screenshot displays the SUAP interface with a dark sidebar menu on the left. The main content area is divided into two sections:

- Informações Interdisciplinares Relevantes:** This section contains a large, empty text area for recording relevant interdisciplinary information.
- Indicação de Intervenção Interdisciplinar:** This section contains a large, empty text area for indicating interdisciplinary intervention.

The sidebar menu is identical to the one in Figure 16, including the URL <https://suap.fba.edu.br> at the bottom left.

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 18: Interface Ações e Eventos da Assistência Estudantil



Fonte: Elaborado pela autora.

A figura 18 apresenta a interface idealizada para a programação, organização e planejamento das ações e eventos da assistência estudantil. Tanto os profissionais quanto os gestores podem organizar de forma conjunta as ações e eventos que ocorrerão ao longo do ano.

Figura 19: Interface de Acompanhamento do Recurso da Assistência Estudantil



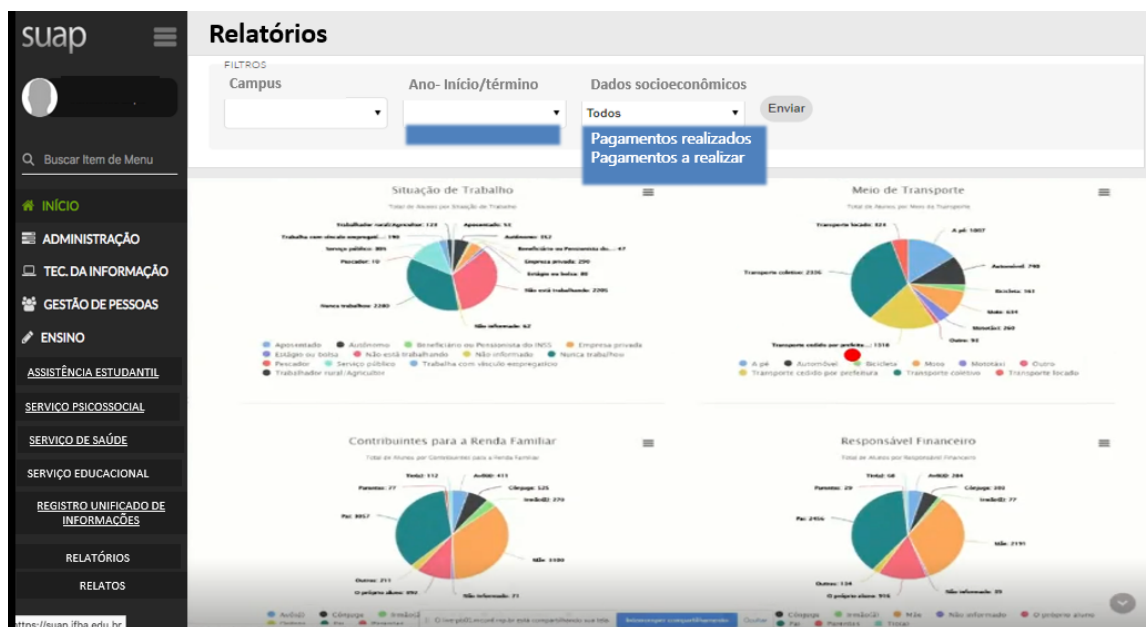
Fonte: elaborado pela autora.

A figura 19 representa a interface de acompanhamento do recurso da assistência estudantil na qual, profissionais e gestores poderão acompanhar a execução do recurso da assistência estudantil, o que foi planejado, executado e a executar.

3.1.3 Módulo Êxito

No módulo do êxito pretende-se obter os resultados de todas as ações. Ele é gerado a partir da alimentação dos dados dos módulos do acesso e da permanência. Lá constarão os relatórios gerados a partir do cruzamento dos dados alimentados no sistema e com diversos filtros dando a possibilidade de gerar os relatórios conforme a demanda apresentada. Relatórios já são gerados no sistema, mas não ainda de forma intersectorial e interdisciplinar cruzando os dados de diferentes serviços, especialidades e setores. Abaixo, apenas uma interface ilustrativa, pois o módulo do êxito passará a existir a partir do lançamento dos dados dos outros dois módulos.

Figura 20: Interface de Relatórios



Fonte: adaptação da autora com base em suap.ifrn.edu.br

Assim, apresentamos algumas sugestões de relatórios que podem ser gerados:

- Índices acadêmicos dos(as) estudantes que participam dos programas de assistência estudantil;

- Cruzamento das informações de situação socioeconômica e condições de saúde dos(as) estudantes;
- Cruzamento das informações de situação psíquica e índices acadêmicos;
- Relatório de atendimento por programa;
- Relatório por curso e situação socioeconômica;
- Relatório por curso e condição de saúde;
- Relatório por curso e condição psíquica, etc.

Na interface 21 propomos um relato de experiência para avaliar a trajetória do(a) estudante na Instituição. Este seria preenchido no registro escolar, no momento em que o(a) estudante encerra o curso, dando entrada no processo de formatura, certificado ou diploma como forma de mensurar o êxito educacional. Também será preenchido por aqueles que solicitam transferência da Instituição.

Neste documento, pode-se fazer uma avaliação da Instituição como um todo e uma seção para se falar da assistência estudantil. Esta seção será exportada para o módulo de assistência estudantil, que poderá ser visualizada pelos gestores e profissionais da assistência estudantil, através do *feedback* dos(as) usuários(as) da Política poder-se-á medir os resultados dela.

Figura 21: Interface para Relato de Experiência

The screenshot displays the 'Relato de Experiência Institucional- Assistência Estudantil' interface. On the left is a dark sidebar menu with the 'suap' logo and various navigation options. The main area features a header with the title and a filter section. The filter section includes three dropdown menus: 'Campus', 'Aluno', and 'Turma/ Ano', along with an 'Enviar' button. Below the filters, a table is visible with columns for 'Nome do Aluno' and 'Turma/ Ano'. The table contains several rows of data, though the text is partially obscured by a blue selection box over the 'Aluno' dropdown.

Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta aqui apresentada pretende alargar os horizontes daqueles que trabalham com a assistência estudantil, entendendo que sua finalidade é a permanência de qualidade e conseqüentemente o êxito educacional. A ferramenta deve colaborar para melhor acompanhamento do(a) estudante, como também da assistência estudantil como um todo.

CONSIDERAÇÕES

O produto aqui apresentado é parte integrante da Dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica intitulada “Análise da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais: Um Estudo Comparativo entre o Instituto Federal da Bahia, *Campus* Salvador e do Amapá, *Campus* Macapá”, que teve como objetivo analisar a política de assistência estudantil dos Institutos Federais, com *locus* nos Institutos Federais da Bahia, *Campus* Salvador e do Amapá, *Campus* Macapá e, a partir deste estudo propor uma ferramenta de gestão capaz de auxiliar no acompanhamento do(a) estudante através da assistência estudantil.

A proposta aqui apresentada não pretende ser um formato limitado e resolver todas as demandas da assistência estudantil, mas a inspiração para uma ferramenta a ser adaptada às diversas realidades. O âmago desta proposta é o funcionamento sistêmico e integrado da assistência estudantil, como demandada no estudo realizado.

Para o sistema funcionar de forma interdisciplinar e intersetorial é preciso primeiro conscientizar toda comunidade escolar (estudantes, professores(as), técnicos(as) do caráter sistêmico da assistência estudantil, é na interação de todos os atores que se dá uma gestão participativa.

Assim, ele pretende servir de inspiração para a gestão da assistência estudantil nos Institutos Federais estudados, podendo ser adaptado para diversas realidades. Ele se propõe a articular os pilares da assistência estudantil que são o acesso, a permanência e o êxito dando condições para o(a) estudante estar integrado aos três aspectos durante a sua trajetória na instituição.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, A. **Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades Brasileiras**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos deputados, 2011. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf>. Acesso em: 25 jul 2019.

ANJOS, M. C. **PAAE como Política Pública de Juventude: Uma avaliação a Partir dos estudantes do IFBA-Santo Amaro**. Dissertação de Mestrado. 152 f. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira/ BA, 2014.

ANTUNES, E. D. **Assistência estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação**. Dissertação (Mestrado em Educação). 272f. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2018.

ARAÚJO, J. O. **O Elo Assistência e Educação: Análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

ASSIS, A. C. L. de; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A.; MACHADO, C. S. **As Políticas De Assistência Estudantil: Experiências Comparadas Em Universidades Públicas Brasileiras**. In: Revista IGUAL, v. 6, n. 4, p. 125-146, Edição Especial. p. 125-146. Florianópolis, 2013.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/lcp/Lcp95.htm>. Acesso em: 05 jun. 2019.

_____. Decreto-Lei 1.044 de 21 de outubro de 1969 que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Brasília, 1969.

_____. Lei 6.202 de 17 de abril de 1975 que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, 1975.

_____. ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: 2007.

_____. **Termo de acordo de metas e compromissos MEC/Instituto Federais**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2009.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato.2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 26 de agosto de 2019.

_____. **Ofício Circular nº 1898/2012/DPEPT/SETEC/MEC**, de 25 de setembro de 2012. Resposta ao Ofício 171/2012.

_____. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. p.1-270. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Expansão da Rede Federal**. Base de Dados do Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. **GTI População Negra: Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

_____. **Lei nº 010172. Aprova o Plano Nacional de Educação 2001-2011**. Brasília: Planalto, 2001. Disponível em: Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Política de Assistência Estudantil**. Relatório de Grupo de Trabalho SETEC/CONIF. Goiás, 2011.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério de Educação. **Ofício Circular nº 21/2011/DPEPT/SETEC/MEC**, de 10 de fevereiro de 2011. Assistência aos Estudantes do PROEJA: diretrizes. Brasília, 2011.

BELLONI, I; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. Coleção Questões da Nossa Época. V. 75. São Paulo: Cortez, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais*. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS (org.), 2009.

BRITO, M. H. de P. N.; ARRUDA, A. de O. de; CONTRERAS, H. S. H. **Escola, Pobreza e Aprendizagem: Reflexões sobre a Educabilidade**. XII Congresso Nacional de Educação- EDUCERE.PUCPR:Paraná, 2015. Disponível em: <<https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2>

CASTRO, A. T. B. de. **Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas**. In Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.) 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e**

desafios. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social. Pelotas: UCPEL, 2013.

CFESS. Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. **Serviço Social na Educação**. Brasília, 2001.

CONSUP, INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Relatório de Gestão do Instituto Federal da Bahia 2018**. Bahia, 2018.

CONSUP. INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Relatório de Gestão do Instituto Federal da Bahia**. Salvador, 2017.

CONSUP. INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016. Regulamentação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Bahia. Bahia, 2016.

CONSUP. INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Ação do Instituto Federal do Amapá**. Amapá, 2018.

CONSUP. INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Amapá, 2014.

CONSUP. INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Amapá 2017**. Amapá, 2017.

CONSUP. INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Amapá 2018**. Amapá, 2018.

CONSUP. INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Resolução nº 31, de 22 de março de 2019. Regulamentação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Amapá. Amapá, 2019.

KOWALSKI A. V. **Os (Des)Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social). 179f. Porto Alegre, 2012.

LUCK, H. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, L. M. **A Pesquisa na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica: uma Análise da Política Pública**. 287f. Tese de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar de Difusão do Conhecimento. Universidade Estadual de Feira de Santana. Bahia, 2013.

PEREIRA, P. A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. Orgs. Ivanete Boschetti et al. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 87-108.

RAICHELIS, R. *O Trabalho do Assistente Social na Esfera Estatal. In CFESS (Orgs). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Brasília, 2009.

REIS, D. B.; TENÓRIO, R. M. **Cotas e estratégias de permanência no ensino superior.** In TENÓRIO, R. M.; VIEIRA, M. A. (orgs.). *Avaliação e sociedade: a negociação como caminho.* p. 45-66. Salvador: EDUFBA, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos.** *Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 12, n. 34, 2007, p. 152-165.*

SILVA JR., L. H.; SAMPAIO, Y. **Notas sobre pobreza e educação no Brasil. Problemas Del Desarrollo,** v. 41, n. 163, p. 75-97, 2010.

SILVEIRA, M.M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Pelotas, 2012.

SOUZA, J. A. da S. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional.** 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

Souza, J. D. A. de **Na Travessia: Assistência Estudantil da Educação Profissional- As interfaces das políticas de assistência social e educação.** Brasília, 2017. 190 p. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUZA, V. L. B. S. **Acesso e permanência na educação profissional tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cajazeiras.** 108f. João Pessoa, 2017.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** In: *Rev. Ensino Em-Revista v.17, n.2, p. 599-616. Uberlândia, jul./dez, 2010.*